

pleito, condenando formalmente esse episódio que veio trazer insegurança na prática do mais importante e consequente ato da vida democrática de uma Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
— (Assume a Presidência a Sra. Conceição da Costa Neves.)

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, há poucos anos, vários dias de chuvas torrenciais trouxeram luto e dor a numerosas famílias de trabalhadores, gente humilde que habitava as fraldas dos morros que circundam a cidade de Santos. A catástrofe impressionou profundamente pela imensidão das desgraças que acarretou àquele pobre gente. Como sempre acontece, a opinião pública movimentou-se em seus clamores sobre a tragédia. As autoridades municipais, estaduais e federais, da época, fizeram declarações a respeito das providências que iam ser tomadas para acudir aos infelizes atingidos pelos desmoronamentos e para evitar a repetição daqueles trágicos dias.

Centenas de famílias, desabrigadas, foram recolhidas provisoriamente em numerosos galpões e armazéns, a fim de serem destinadas a outros locais à medida que fossem prontas as habitações populares que seriam erguidas pelo Poder Público conforme fora prometido naquela ocasião.

Muitas famílias, entretanto, ficaram cansadas de esperar e retornaram às suas cidades de origem; outras, acabaram voltando mesmo aos seus antigos e precários barracos dependurados — e o verbo aqui não é força de expressão — nas encostas dos morros santistas; enquanto que outros acabaram recebendo indenizações e auxílios pelos prejuízos sofridos.

Os tempos foram passando e as medidas anunciadas para resolver o problema da segurança dos morros — já que a construção de casas populares ficou na promessa — não se efetivaram. Toda aquela propaganda em torno da questão durou alguns meses e ficou nisso. As colinas de Santos voltaram a se povoar de gente que prefere os perigos dos desmoronamentos e a canseira diária da subida àquelas alturas ao ar viciado dos porões da cidade. Enquanto isso, a situação continuou como antes.

Tocamos no assunto, Sr. Presidente e Srs. deputados, mais uma vez, pois dele tratamos em outras oportunidades, face à ocorrência das últimas chuvas do fim e do começo do ano, as quais trouxeram novamente a inquietação aos humildes trabalhadores que vivem nos morros santistas e que ficaram bloqueados em seus pobres chalés.

O pior, entretanto, está para vir. O Serviço de Meteorologia do Estado de São Paulo anuncia para o próximo mês de fevereiro uma queda pluvial das maiores até hoje registradas na região santista. Quer isso dizer que dias sombrios e a ameaça de novas desgraças pesam, outra vez, sobre aqueles que têm necessidade de habitar os morros santistas.

Face ao exposto, queremos dirigir um apelo todo especial às autoridades municipais de Santos, ao Governo do Estado e ao Governo da República para que conjuguem seus esforços, revejam os estudos efetuados sobre o problema e procurem resolver, de forma definitiva, o angustiante drama da falta de habitações em lugares mais tranquilos para os trabalhadores que hoje são obrigados a viver nas encostas dos morros de Santos e que também sejam tomadas as medidas indispensáveis para impedir a repetição da catástrofe de 1957. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, sobre o assunto.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Miguel Jorge Nicolau.

O SR. JORGE NICOLAU (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o Presidente da República, Dr. João Goulart, acaba de autorizar a Caixa Econômica Federal o financiamento da compra de automóveis, pelos motoristas de praça, nas fábricas nacionais. A iniciativa está repercutindo de modo satisfatório entre os referidos profissionais. Nem podia ser de outra forma. Com os preços que atingem atualmente, os automóveis e, até mesmo, aqueles que aqui já estão sendo produzidos, se tornaria impossível, aos profissionais do volante, adquiri-los sem uma soma de dificuldades insuperáveis. A desvalorização da moeda, a majoração continuada dos combustíveis e os elevados preços das peças de automóveis, tornam hoje completamente difícil a acumulação de dinheiro por parte dos motoristas. A maioria absoluta desses profissionais vive quase que exclusivamente do dia a dia, ganhando apenas para o seu sustento e o da família. Daí a existência de inúmeros carros de aluguel, funcionando na praça, completamente fora de uso, velhos, alguns, caindo aos pedaços, sem possibilidades de recomposição ou reforma. A decisão do Dr. João Goulart, autorizando a Caixa Econômica Federal a fornecer o financiamento aos motoristas, para que estes possam adquirir carros novos, vem, pois, ao encontro de uma necessidade imperiosa dos que fazem do volante seu meio de vida. Além do mais, Srs. deputados, a iniciativa, proporcionando facilidades, abre caminho para o aumento das vendas das fábricas de automóveis existentes no País. Desse modo, as vantagens que serão desenvolvidas, para a produção e a mão-de-obra da indústria automobilística brasileira, bastariam por si só para justificar a medida do Governo Federal, se não tivesse a engrandecida o fato de amparar a numerosa e dinâmica classe dos motoristas proprietários de carros de aluguel. Entretanto, Srs. deputados, ao aplaudirmos a decisão do ilustre Presidente da República, queremos fazer uma sugestão que, a nosso ver, será muito importante para que a medida do financiamento não seja obstruída pela especulação. Que a aquisição do automóvel, através do financiamento, seja feita diretamente na fábrica, sem a intervenção de intermediários, cuja atuação poderia empanar as facilidades que o Governo Federal pretende conceder aos motoristas profissionais.

Era o que tínhamos a dizer, considerando os nossos aplausos ao Presidente João Goulart pela louvável iniciativa posta em execução em todo o território nacional.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Costa.

O SR. JOSE COSTA (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, estou encaminhando à Mesa requerimento propondo que conste da ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem nesta Capital, do Cônego João Baptista de Aquino, Prefeito de Adamantina no período entre 1957 e 1961.

O atual Prefeito daquele município, Sr. Antônio Cescon, acaba de decretar luto oficial por três dias, reconhecendo ao pranteado seus inestimáveis serviços prestados àquela coletividade.

Sra. Presidente, espero que seja este meu requerimento, acolhido por esta Casa, por se tratar de homenagem póstuma a que realmente faz jus o Cônego João Baptista de Aquino, por sua vida, que sempre foi posta a serviço do povo.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Chaves de Amaranite.

O SR. CHAVES DE AMARANTE (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, ocupo a tribuna desta Assembléia para transmitir à Casa a decisão do Sr. Governador do Estado de estender a todos os trabalhadores, que recebem dos cofres públicos na categoria de "PO" ou de trabalhadores sujeitos à Legislação Trabalhista o salário-família na base de Cr\$ 700,00 por dependente.

O Sr. Governador, sensível às dificuldades dos trabalhadores e, antecipando-se mesmo às decisões do Governo Federal, que estuda a possibilidade de estender aos trabalhadores o salário-família de Cr\$ 600,00, enviará, ainda hoje, a esta Assembléia mensagem que, possivelmente, será anexada ao projeto de lei que reajusta os vencimentos dos funcionários públicos, a fim de que os trabalhadores que prestam serviços ao Estado possam também receber, a partir de 1.º do corrente, o salário-família de Cr\$ 700,00 por dependente.

Como é uma notícia que causa grande regozijo a milhares de trabalhadores que prestam seus serviços ao Estado e a todos os membros desta Casa que têm lutado por esta reivindicação justa.

E' com prazer e satisfação que anuncio esta auspiciosa notícia ao plenário da Assembléia.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente e Srs. deputados.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sra. Presidente, Srs. deputados, dentro de alguns dias reunir-se-á a Organização dos Estados Americanos.

O povo brasileiro espera que o Governo Federal mantenha posição, já definida, em linhas gerais, que se depreende pela imprensa, que no final resume-se em manter a tradição histórica de nosso país no que concerne à autodeterminação dos povos, direito dos urbanos terem a forma do governo que desejam.

Sente-se, Srs. deputados, que na preparação dessa conferência da Organização dos Estados Americanos os grandes grupos econômicos, norte ameri-

canos que trazem a América Latina em estado de "suspense", que agita a direita reacionária em todo o canto, lutam ferocemente para tirar dessa reunião dos Estados Americanos decisões contra Cuba.

Ora, sabemos que Cuba, com a sua luta, conseguiu vencer as forças retrógradas e os grupos econômicos internacionais, (muito bem!) que sufocavam aquela pequena nação, a United Fruit, os Rockefeller, etc.

Se o Governo Federal mudar de orientação, no que diz respeito à defesa da autodeterminação dos povos, do direito que cada povo tem de escolher o caminho para sua estruturação política, na defesa da soberania das nações, nós retrocederemos ao estágio de colônia absoluta e total.

Nosso país passa por fase difícil; o povo acompanha de perto a posição do nosso Governo. Cumpre às autoridades prestigiar-se perante a população e este prestígio só se adquire em decisão de monta, em decisão de vulto, em problema de tal importância, como esta conferência da Organização dos Estados Americanos.

Cuba de Fidel Castro tem sido um exemplo para todos os povos latino-americanos. Nosso povo não concordará jamais que o Governo Federal retroceda e defenda aquilo que Frondizi vociferava nas páginas dos jornais.

Há necessidade, para consolidação de nossa economia, para a determinação da soberania integral de nosso país, que a linha do Governo Federal continue aquela já defendida por Ruy Barbosa, na Conferência de Haia, de que enter as nações não se distingue entre pequenas e grandes, entre fortes e fracas, entre ricos e pobres. É uma constante de nossa história não tendo poderes para alterá-la, governantes passageiros.

Se o direito de cada povo não for respeitado nós assistiremos, então, à invasão militar de Cuba e em decorrência à comocão geral da América Latina, cujos povos não aceitarão qualquer intervenção na soberania daquele pequenino e valente país.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. ALMEIDA BARBOSA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, recebi a seguinte carta da Sociedade Beneficente Amigos do Bairro de Viracopos e Adjacências:

"Campinas, 4 de janeiro de 1962

EXMO. SR.

Deputado Dr. Ruy de Almeida Barbosa

CAMPINAS

Nobre deputado

Cumprimentando mui respeitosamente o ilustre representante do Povo na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a Sociedade Beneficente Amigos do Bairro de Viracopos e Adjacências, que à margem da política partidária e animada de sadio baírrismo luta em prol da maior grandeza do já famoso Aeroporto Internacional de Viracopos, comparece à presença de V. Ex., a fim de denunciar ao ilustre parlamentar mais uma das artimanhas imaginadas e postas em prática pelo derrotismo interesseiro, na anulação completa do internacionalismo de nossa incomparável estação aviatória.

Simples negociatas, estreitamente unidos em conluio, mas de engenho fértil no mal, deram de agir junto a algumas de nossas empresas de aviação comercial, no sentido de que sejam desembarcados no Rio de Janeiro os seus passageiros do exterior, facilitando-lhes um outro transporte a São Paulo, para o isolamento completo do Aeroporto de Viracopos. O maneio, de lesa patriotismo, vem relatado com pormenores no oportuno artigo "Aeroporto Internacional" assinado pelo jornalista Gonçalo Gonçalves, e cujo recorte juntamos ao presente.

Com este brado de alerta às nossas ilustres autoridades, quer civis, quer militares, a Sociedade Beneficente Amigos do Bairro de Viracopos e Adjacências julga cumprir o seu dever de entidade zelosa pela manutenção do Aeroporto Internacional de Viracopos, que evolui rapidamente para se tornar no maior monumento aviário do continente sul-americano e quicá de todo mundo.

Sociedade Beneficente Amigos do Bairro de Viracopos e Adjacências.
(a) Ernesto Napoli — Presidente".

O artigo é o seguinte:

"AEROPORTO INTERNACIONAL"

Gonçalo Gonçalves

Viracopos é, sem dúvida, um aeroporto nascido prematuramente e por isso vive — e viverá ainda por muito tempo, numa incubadora, ameaçando, vez por outra, entrar em colapso definitivo. Alguns "técnicos" e muitos vendedores de terrenos localizados em cidade que pretende ter também um aeroporto internacional, aparecem intempestivamente e criam novas teorias relacionadas com Santo Ângelo o aeroporto internacional para valorização de seus terrenos. É claro que esses "catedráticos" esbarraram sempre no bom senso das autoridades responsáveis e tiveram a repulsa imediata da imprensa e das próprias companhias de navegação aérea. E as investidas contra Viracopos morreram sempre no nascedouro.

Está surgindo agora uma nova forma de combate ao aeroporto campineiro: do Rio de Janeiro o passageiro, vindo dos Estados Unidos, é embarcado em avião de linha regular doméstica e enviado diretamente para Congonhas, Viracopos, para essas companhias, não conta mais.

A estranha operação transbordo foi iniciada pela Varig, companhia brasileira que deveria ser a primeira a dar o seu inteiro prestígio a Viracopos por sabê-lo e aeroporto mais seguro para as operações dos aviões de grande porte. Inicialmente a companhia gaúcha alegou não ter equipamento, uma vez que um dos seus aviões Boeing estava fretado a Israel, e por isso fazia a sua última escala no Galeão, reembarcando os passageiros que, vindo dos Estados Unidos, se destinavam ao sul, em aviões menores.

As alegações da Varig escondiam apenas o início da concorrência que viria a se estabelecer entre as companhias com linhas para a América do Norte. A luta pela venda de passagens foi iniciada num "vale-tudo" que já deveria merecer, por parte da Diretoria da Aeronáutica Civil, um estudo cuidadoso para, em seguida, poder tomar as medidas requeridas.

A Pan American joga hoje o mesmo jogo proposto pela Varig. Apenas com uma diferença: não podendo fazer cabotagem em território nacional, transporta os seus passageiros do Galeão para Congonhas, em aviões da Cruzeiro do Sul. Os viajantes têm suas bagagens desembarcadas no Rio de Janeiro.

Não havendo providências corretivas, é provável que o "vale-tudo" se alastre para as companhias que operam nas rotas da Europa, Médio e Extremo Oriente e chegaremos então a uma brilhante conclusão: São Paulo não precisará mais de aeroporto internacional. Tudo será feito na Guanabara. São Paulo que vá para o diabo que o carroque.

O Governador Carvalho Pinto deverá, por força de seu cargo e pelo amor que devota às causas de São Paulo, pronunciar-se e liderar o movimento pelo retorno das companhias que, fazendo de São Paulo sua principal fonte de receita no Brasil, oferecem em compensação, o pior dos seus serviços ao eliminar nosso Estado das escalas de seus aviões.

E os deputados eleitos pelos campineiros não irão se manifestar? Cumpra-lhes mais uma vez unirem-se em defesa dos interesses da cidade que os elegu e que certamente os reelegerá.

("Diário do Povo, Campinas, 31 de dezembro de 1961")

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. deputados, uma das afirmativas que ganha expressão na opinião pública é a de que a atual administração se ressente de maior conteúdo humano. O atual governador, empolgado com seu plano de ação, vem realizando um conjunto de obras de elevado vulto, enquanto o povo sofre terrivelmente na carne as agruras de uma situação aflitiva geral.

Era de se desejar, no término do governo Carvalho Pinto, maior preocupação com o bem-estar coletivo, através da concretização de medidas que não enriqueçam apenas o patrimônio do Estado, mas antes e acima de tudo benefício diretamente ao povo, minorando suas aflições.

E nes a ordem de idéias, que indagamos ao Sr. Governador, quais as medidas tomadas acerca da Maternidade da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Essa Maternidade, que constitui uma necessidade imperativa para o pronto atendimento das gestantes e para o indispensável adestramento dos estudantes, e que por isso me mo já deveria estar em adiantada construção, lamentavelmente só conta até aqui com os alicerces. Deu-se início às obras, construíram-se os alicerces cujo preço orçou em torno de 9 milhões de cruzeiros, e pronto... paralisou-se tudo. Mais nada.

O Hospital das Clínicas é o maior conjunto hospitalar da América Latina. É um hospital-escola da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, portanto a Maternidade universitária é medida reclamada com urgência e em caráter indispensável para completar-se o atendimento das gestantes de São Paulo e o aproveitamento de 150 leitos do atual departamento de obstetrícia e ginecologia, que na ausência de maternidade supre as suas funções, com acidentados prejuízos para aquele setor, dadas as distorções de finalidades. Quanto ao ensino médico, o que se verifica presentemente, pela deficiência de leitos, é a dispersão dos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para outras maternidades de São Paulo, com notórios prejuízos didáticos.

Como se isso não bastasse, o Hospital das Clínicas atende hoje apenas os casos de pronto socorro, sendo que para os partos normais não existem